RESUMO EXECUTIVO DA ATA

1ª Reunião Plenária do CBH-AT de 2025 - Extraordinária

Data: 25 fevereiro de 2025

Horário: 09h

Local: Ambiente virtual pela Plataforma Teams.

Membros do Colegiado

SEGMENTO ESTADO

Anderson Esteves	DAEE
Laura Stela Naliato Perez	SEMIL
Lilian Barrella Peres	CETESB
Gerson Salviano	IPT
Monica Therezinha Bartie Rossi	Secretaria de Desenv. Urbano e Habitação
Sergio Luiz Damiati	Secretaria da Educação
Sibele Ezaki	Instituto de Pesquisas Ambientais
Rubens José Mario Junior	Secretaria da Saúde

SEGMENTO MUNICÍPIOS

Solange Wuo Franco	Suzano
Priscila Gambale	Ferraz de Vasconcelos
Moacyr de Souza	Ferraz de Vasconcelos
José Rogério Moreira Santana	Mauá
Raquel do Pado	Biritiba Mirim
José Eduardo Victorino	Mairiporã
Idelaine Castilho	Salesópolis
Yasmim Zampieri	Itaquaquecetuba
Luciana Sabra Vieira	Osasco
Renan David Correia	São Caetano do Sul
Eriane Justo Luiz Savóia	Santo André
Marco Antonio Palermo	São Paulo

SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

Melissa Cristina Pereira Graciosa	UFABC
Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
Elcio de Sales	CIESP OESTE
Amauri Pollachi	ONDAS
Elias R. Zitune	SECOVI-SP
Francisca Adalgisa da Silva	APU
Gabriela Araujo	SINDUSCON-SP

Gustavo Veronesi	SOS Mata Atlântica
José Ramos de Carvalho	APGAM
Letícia Tombeta	UNIFESP
Ricardo Alexandre Lieutaud	CIESP - SP
Sueli Moroni da Silva	FIESP
Bruno Takahasi	Sindicato Rural de Mogi das Cruzes
Mário de Carvalho Fontes Neto	Associação Nossa Guarapiranga

1. Abertura e Informes. Melissa Cristina Pereira Graciosa (UFABC), Presidente em exercício do CBH-AT, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos na primeira plenária do ano de 2025. O Diretor-presidente da FABHAT, Hélio Cesar Suleiman, informou que ainda não havia quórum suficiente, mas sugeriu que poderiam iniciar a reunião com as apresentações, sendo a primeira referente ao plano hidroviário municipal de São Paulo, já que essa etapa não exigia votação. A Presidente concordou e comunicou a data da Assembleia geral e eleições setoriais da Sociedade Civil, para 11 de março de 2025, no Espaço Vida da Sabesp. Anderson Esteves, Secretário Executivo do CBH-AT (SP Águas), comunicou que o Estado está convocando os municípios para atualização e contratação dos Planos de Drenagem, oferecendo apoio para a apresentação de projetos ao FEHIDRO. A Diretora Técnica da FABHAT, Beatriz Silva Gonçalves Vilera, apresentou a situação dos empreendimentos FEHIDRO que a FABHAT é tomadora. Informou que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi concluído em 24 de janeiro de 2025, oportunidade na qual foi realizado um evento de divulgação do estudo. Maiores informações podem ser obtidas no site da FABHAT. O Programa de Educação Ambiental da bacia está na fase inicial e sendo acompanhado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê. Hélio complementou que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Bacia do Alto Tietê, foi desenvolvido por empresa contratada e destaca-se pela metodologia inovadora, além de análises detalhadas das subbacias, com apoio a SP Águas e a colaboração com a Prefeitura de São Paulo para integração de dados. Hélio informou que a arrecadação da cobrança em 2024 no Estado foi de R$ 160 milhões, com o Alto Tietê contribuindo com 27,3%. Houve uma redução de R$ 1,8 milhão em relação a 2023, devido a ajustes na cobrança, com um déficit de R$ 1,2 milhão no Alto Tietê.

2. Apresentação do Plano Municipal Hidroviário (PlanHidro SP), pela Prefeitura de São Paulo. Wagner Isaguirre do Amaral (P.M São Paulo - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento) detalhou o plano, estruturado nos eixos: (i) Água e Saneamento na integração com o Plano Diretor 2023 e ações para desassoreamento de rios, como gestão sustentável da água, e com foco na despoluição. Com a meta de tratamento anual de 2,8 milhões m³ de sedimentos, melhorando a qualidade da água e prevenindo as enchentes. Além disso, o plano visa a recuperação de áreas degradadas nas margens dos rios, com a criação de parques fluviais e corredores ecológicos. O objetivo é tornar a cidade mais resiliente às mudanças climáticas, promovendo o uso consciente dos recursos hídricos; (ii): Transporte Fluvial Urbano, prevê 43,5 km de hidrovias, para transporte de passageiros e de cargas, com 40 ecoportos e 4 ecoparques. A iniciativa inclui a construção de atracadouros e a implementação de travessias para pedestres, facilitando o acesso às margens dos rios. Haverá a utilização de embarcações por diferentes classes, adequadas para os diversos

tipos de hidrovias, e a criação de um sistema de transporte público hidroviário (STPHSP) integrado ao sistema de transporte público existente, com a utilização do Bilhete Único e; (iii) Ordenamento Urbano, com o programa de recuperação de margens degradadas e articulação com o Plano de Gestão de Resíduos. O plano visa a recuperação de margens degradadas, com a criação de parques fluviais e a implementação de programas de esporte, lazer e educação ambiental. Visa conectar a cidade com os seus rios, promovendo o desenvolvimento econômico e social nas orlas. Além disso, o PlanHidro busca articular a gestão de resíduos com a limpeza dos rios, com ecoparques, o tratamento de resíduos sólidos e a promoção da economia circular, transformando as orlas fluviais em espaços de convivência, com novas pontes e conexões que facilitam o transporte e acesso da população. Os ecoparques serão estruturas para gestão de resíduos e logística sustentável, com sistemas de cashback para incentivar o descarte correto. Na síntese, com a participação da plenária, Gerson Salviano (IPT) destacou a necessidade de formalização institucional com a participação e articulação do CBH-AT. Ressaltou que a participação do Comitê é fundamental para a gestão dos recursos hídricos na bacia e que a consulta deve ser formal, envolvendo todas as etapas do projeto. Wagner explicou que a participação pública ocorre por fases e que o objetivo é que o Comitê contribua e oriente para o projeto, sugerindo a criação de um Grupo técnico para acompanhar o desenvolvimento do Plano, que tem um horizonte de longo prazo, até 2054. Hélio (FABHAT) elogiou a apresentação e defendeu a valorização do uso múltiplo das águas na bacia, incluindo a navegação, e ressaltou a necessidade de gestão compartilhada para o sucesso do projeto. Wagner concordou e destacou que o plano busca integrar diversas políticas públicas além de promover o uso múltiplo das águas. Marco Antonio Palermo (P.M São Paulo) também elogiou a iniciativa do Plano, destacando o potencial para resgatar o uso das águas dos rios Tietê e Pinheiros. Ressaltou a importância do Comitê como instância adequada para o debate e a necessidade de ações intersetoriais e consensuadas para a gestão dos sedimentos, caso contrário, correm o risco de dragar por dragar. A presidente expressou que, tranquilizou sua preocupação sobre a participação do Comitê no plano e disse sobre a importância do projeto para os recursos hídricos e a mobilidade na metrópole paulista, colocando o Comitê à disposição para colaborar e solicitou disponibilizar contatos com a Prefeitura para o Grupos de trabalho, apoiando inclusive a criação de um Grupo permanente de acompanhamento. Wagner agradeceu o apoio e reforçou a importância da gestão integrada e da participação de diversos setores para o sucesso do plano. Amauri Pollachi (ONDAS) alertou para os conflitos operacionais com os reservatórios, uma vez que o reservatório Billings prioriza a energia e o abastecimento, portanto requer alinhamentos do plano hidroviário com a operação dos reservatórios e defendeu a integração de perspectivas municipais e metropolitanas no Comitê. Wagner reconheceu a importância da compatibilização dos usos múltiplos e explicou que os níveis operacionais do plano foram definidos tecnicamente. Adrian Meusburger (Associação Nossa Guarapiranga), expressou que atua no setor de transporte e turismo aquaviário, apontou pontos críticos, como o conflito entre geração de energia e navegação, pois em períodos de estiagem prioriza-se a geração de energia, reduzindo o nível de água dos reservatórios e inviabilizando a navegação, citando como exemplo que o projeto Aquático-SP teve operações paralisadas por três meses. A qualidade da água é outro ponto crítico, pois os dejetos físicos danificam

as embarcações e na Guarapiranga as ecobarreiras estão suspensas, há dois meses, devido a suspensão do contrato pela SABESP, agravando o acúmulo de resíduos e, há a prioridade do abastecimento humano, portanto devem equilibrar os usos múltiplos. O papel do Comitê é também mediar a discussão. Wagner reconheceu que há desafios e explicou que o Plano visa integrar as diversas políticas públicas, incluindo a gestão de resíduos e o saneamento básico, para melhorar a qualidade da água e garantir a navegabilidade. Finalizando as participações, a Presidente expressou sua satisfação com o debate que evidenciou a complexidade do projeto e a necessidade dos diálogos colaborativos entre os diversos atores envolvidos para garantir o uso sustentável dos recursos hídricos na Bacia do Alto Tietê. Reforçou a importância da participação do órgão estadual e da PM São Paulo no projeto e disponibilizar contatos da Prefeitura para o Grupo de trabalho de acompanhamento do plano.

3. Aprovação da ata resumida da 4ª Reunião Plenária de 2024, realizada em 05 de dezembro. Cristiane Lima Cortez (FECOMERCIO-SP) solicitou ajustar a nomenclatura da entidade que representa, “FECOMERCIO-SP”, e na linha 138 inserir na Ata as numerações das Deliberações aprovadas. A Ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade.

4. Deliberação CBH-AT n° XX de 25.02.2025 - Altera o artigo 7° do Estatuto do CBH-AT. Item retirado de pauta para ser considerado em reunião Ordinária do Comitê, a ser agendada. **5. Deliberação CBH-AT n° 194 de 25.02.2025 - Aprova o Parecer Técnico referente à Ponte Graúna-Gaivotas, na zona sul do município de São Paulo. Deliberação aprovada por unanimidade.** Asafe Mádai (Fundação Ezute) apresentou. Em síntese, trata-se de um empreendimento para construção de ponte sobre o braço do Cocaia no reservatório Billings com obras viárias complementares. O empreendimento possui licenciamento ambiental prévio, mas o órgão licenciador solicitou manifestação sobre o projeto. Foram apresentadas as recomendações para o empreendimento, entre elas, a necessidade de monitoramento da qualidade da água e do ar, o batimétrico, antes, durante e após obras para evitar assoreamento na Billings, além de compensação com recuperação ambiental em Áreas de Preservação Permanente - APPs, compatibilização com o Plano Hidroviário Municipal, garantindo passagem segura para as embarcações e medidas para minimizar os impactos sobre a população afetada. Na participação da plenária, Solange Wuo (P.M Suzano) questionou os conflitos entre licenciamento municipal e federal e o cuidado para evitar a judicialização. Sueli (FIESP) informou sobre a atualização da NBR 10004, que elimina a classificação "Classe 2B", possibilitando a atualização das terminologias nos pareceres, considerando o período de adequação da Norma**.**

6. Deliberação CBH-AT n° 195 de 25.02.2025 - Aprova o Parecer Técnico referente à Segregação Sudeste (SSE) do transporte ferroviário de cargas e Trecho Central Compartilhado (TCC), nos municípios de São Paulo, São Caetano do Sul, Santo André, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Mauá. Deliberação aprovada por unanimidade. Asafe (Fundação Ezute) apresentou. Em síntese, o projeto, de responsabilidade da empresa MRS, consiste na construção de uma via ferroviária dedicada exclusivamente ao transporte de cargas entre as estações da CPTM Rio Grande da Serra e Brás, com 35 km de extensão, e adequações estruturais em 8,5 km de trecho central compartilhado entre as estações Brás

e Barra Funda, totalizando 43,5 km de extensão e abrangendo 6 municípios. O parecer técnico do projeto, elaborado com base na avaliação do EIA/RIMA e da Ata de Audiência Pública, prevê a segregação do transporte de cargas do transporte de passageiros da CPTM, permitindo a operação de trens com capacidade de 32,5 toneladas por eixo, em vez das atuais 25 toneladas. Durante a apresentação, foram discutidas diversas recomendações, entre elas, da necessidade de compatibilizar o empreendimento com o Plano da Bacia do Alto Tietê, explicitar as vantagens e desvantagens das alternativas tecnológicas para a construção das pontes, considerar os impactos cumulativos do aumento da demanda de transporte de carga, solicitar cartas de diretrizes das concessionárias de água e esgoto e, caso necessário, solicitar outorga de captação de águas subterrâneas. Além disso, foram recomendadas, a consideração da captação de água de chuva e implantação de placas de energia fotovoltaica, a realização de coleta seletiva de resíduos sólidos, a elaboração de planos de gerenciamento de resíduos da construção civil, o desenvolvimento de programa ou medida específica para a mitigação dos impactos das intervenções em cursos hídricos, a solicitação de autorização para intervenção em APPs e a adição de planos e programas para mitigação dos impactos em zonas de amortecimento de unidades de conservação. Ao final da apresentação, os membros do Comitê destacaram a importância do projeto e, que as recomendações sejam encaminhadas à empresa MRS para análise e implementação. Cristiane Cortez (FECOMERCIO-SP) sugeriu revisar a classificação como "grande gerador de resíduos" porque o termo aplica-se a estabelecimentos comerciais, não a obras de transporte. Amauri Pollachi (ONDAS) questionou a sobreposição com o Ferroanel Norte, um projeto anterior analisado e apreciado pelo Comitê, provavelmente no ano de 2022, se o empreendimento substituiria o projeto do Ferroanel, que previa um contorno ferroviário utilizando a faixa de domínio do Rodoanel Norte, considerando ainda que o projeto da Segregação prevê trechos de compartilhamento entre passageiros e cargas. Asafe, informou que não havia menção ao Ferroanel. Foi encaminhado para verificar sobre a possível correlação entre os dois empreendimentos verificando possíveis sobreposições.

7. Deliberação CBH-AT nº 196 de 25.02.2025 - Reorganiza as Câmaras Técnicas do CBHAT, cria a Câmara Técnica de Mananciais e dá outras providências; 8. Deliberação CBH-AT n° 197 de 25.02.2025 - Aprova o Regimento Interno das Câmaras Técnicas e dá outras providências. Deliberações aprovadas por unanimidade. A Diretora Técnica da FABHAT Beatriz Vilera apresentou. Em síntese, as Câmaras Técnicas do Comitê são equipes de caráter consultivo, encarregadas de analisar, estudar e relatar matérias afetas às respectivas competências, para subsidiar as avaliações e decisões em plenário do Comitê. As Câmaras Técnicas serão criadas, reformuladas ou extintas por Deliberação do plenário e funcionarão com o apoio técnico e administrativo da Secretaria Executiva. Além disso, serão formadas pelos membros que compõem o Plenário do CBH-AT ou dos Subcomitês, sendo cinco vagas como titular e suplente para cada um dos três segmentos, Estado, Município e Sociedade Civil, definidos na reunião de eleição e posse de cada gestão do CBH-AT. A Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas), a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e o Centro de Vigilância Sanitária Estadual (CVS) terão assento permanente na composição da CTAS, dentro das cinco vagas destinadas ao segmento Estado. Cada Câmara Técnica terá um Coordenador, que será escolhido entre seus

representantes, e um Relator, em papel exercido pela Secretaria Executiva do Comitê. As reuniões das Câmaras Técnicas serão públicas e poderão ser realizadas por videoconferência ou presencialmente e deverão ser elaboradas memórias das reuniões, contendo os temas discutido, os participantes com as respectivas entidades, data, local da reunião; e encaminhamentos. As manifestações deverão se dar preferencialmente por consenso e, em não havendo, as posições divergentes deverão ser encaminhadas para a decisão do Plenário. Contempla a manutenção das cinco Câmaras técnicas atuais, com a criação de uma nova Câmara Técnica, a CT de Mananciais, visando maior atenção à crescente demanda pelos temas dos mananciais, como compatibilização dos Planos Diretores Municipais com as leis específicas das APRMs, que antes sobrecarregavam a CTPA. Prevê reorganização com o ajuste de nome da CTPA para Câmara Técnica de Planejamento e Gestão - CTPG, alinhando-a aos demais Comitês. Também foi incluído um critério para ausências não justificadas, visando garantir a participação efetiva dos representantes nas reuniões das Câmaras, mas o quórum mínimo não obteve consenso nas discussões das CTs e foi levada para decisão do Plenário duas propostas. Em síntese, Ricardo Alexandre Lieutaud (CIESP), sugeriu que, para aprovações encaminhadas ao plenário, fosse estabelecido quórum mínimo de um terço dos membros, com a presença de representantes de pelo menos dois segmentos, seguindo o modelo do CONSEMA. A Presidente disse que era uma preocupação constante, o risco de esvaziamento das discussões, enquanto Lilian Peres (CETESB) defendeu um quórum mínimo para evitar que decisões importantes sejam tomadas por poucas pessoas. José Eduardo Vitorino (P. M Mairiporã) e Sueli Moroni (FIESP) também apoiaram o quórum de um terço, garantindo a representatividade. Cristiane levantou a questão da substituição de membros faltantes, propondo que o Coordenador comunicasse ao plenário a necessidade de substituição, por não cumprimento do regimento. Beatriz, esclareceu que o controle de presença pertence à Secretaria Executiva, mas sem prejuízo de atribuir a tarefa ao Coordenador. Também houve debates sobre a definição de "membro" como pessoa jurídica ou física, e sobre o número de faltas consecutivas para a notificação, com a sugestão de duas reuniões consecutivas. Finalizados os debates, a Presidente colocou em votação e a Deliberação foi aprovada com os ajustes feitos durante a reunião . A redação final aprovada em plenário será publicada no site do Comitê https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoes/.

9. Deliberação CBH-AT nº 198 de 25.02.2025 - Aprova o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água de 2025. Deliberação aprovada por unanimidade. Larissa Silva (FABHAT) apresentou. Em síntese, trata-se do Plano de aplicação da Cobrança/2025, em conformidade com o Decreto nº 50.667/2006, que exige a aprovação anual do plano para transferência de até 10% para custeio e pessoal, repassados à FABHAT. Destacou a previsão de arrecadação é de R$ 45 milhões, com 10% destinados ao custeio da Agência, e ajustes de receitas e despesas. Informou sobre valores retidos de projetos indicados em 2024, projetos concluídos com saldos residuais e projetos cancelados, que totalizam o valor final para investimento em 2025. A Deliberação aprova os anexos e o repasse dos recursos para a FABHAT, cobrindo custos operacionais e as despesas decorrentes. Beatriz complementou a apresentação, explicando que o alto valor disponível para 2025 é resultado do cancelamento de projetos, dos anos de 2022 e 2023 devido à dificuldade dos tomadores pela nova lei de licitações. Esclareceu que a Secretaria

Executiva realiza apenas o controle dos valores, mas as transferências são feitas pela Desenvolve-SP, seguindo os pareceres dos Agentes técnicos e financeiro. Portanto, a FABHAT não realiza qualquer transação financeira. Hélio reforçou que os recursos são do Comitê, que a somente gerencia os recursos. Enfatizou a necessidade de utilizarem todos os recursos em ações alinhadas ao Plano da Bacia, conforme as especificidades de cada município, e colocou, como de praxe, a equipe técnica da FABHAT à disposição para auxiliar os tomadores. A Presidente sugeriu a criação de um documento com perguntas e respostas frequentes para auxiliar os tomadores nos processos de prestação de contas e licitação, visando otimizar o uso dos recursos e reduzir a necessidade de novas chamadas ao longo do ano e parabenizou a equipe da FABHAT pelos trabalhos realizados.

10. Deliberação CBH-AT n° 199 de 25.02.2025 - Reindica empreendimentos para financiamento com recursos do FEHIDRO de 2025. Deliberação aprovada por unanimidade. Camila Arantes (UFABC), Coordenadora Adjunta da Câmara Técnica de Gestão de Investimentos, apresentou. Em síntese, destacou que muitos projetos indicados em 2022 e 2023 foram cancelados por não cumprirem o prazo de licitação, sendo que outros foram reprovados pelo Agente técnico, por não apresentarem o processo licitatório em tempo hábil, trata-se de um desafio que precisa ser superado diante da legislação vigente. Alguns proponentes enviaram documentação ao Comitê, manifestando interesse em reindicar seus projetos A FABHAT, então, consultou todos os proponentes de projetos cancelados, resultando em nove projetos que manifestaram interesse na reindicação. Os projetos abrangem diversas áreas, como Planos diretores de drenagem, sistemas de esgotamento sanitário e diagnósticos de sedimentos em bacias hidrográficas. A proposta é que esses projetos sejam reindicados e que os proponentes realizem a licitação dentro do prazo legal. Considerando o saldo de R$ 166 milhões, com a indicação destes projetos, ainda haverá um saldo de R$ 114 milhões para a 2ª chamada do FEHIDRO de 2025. Concluiu a apresentação convidando os membros do Comitê presentes para fazerem contribuições adicionais. Surgiu a questão de alguns projetos que não apresentavam o valor da contrapartida, sendo explicado que certas categorias de acesso e tipos de componentes/tomadores são isentos de contrapartida, conforme detalhado no Manual de Procedimento Operacional (MPOFEHIDRO) como os Consórcios intermunicipais.

11. Deliberação CBH-AT n° 200 de 25.02.2025 - Aprova critérios para análise, hierarquização e indicação de empreendimentos para financiamento com recursos do FEHIDRO de 2025 em 2ª chamada. Deliberação aprovada por unanimidade. Camila Arantes também apresentou. Em síntese, a Deliberação estabelece que os projetos que beneficiem as Áreas de Proteção de Mananciais - APMs e as Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRMs deverão ser contemplados, no mínimo, com 50% dos recursos. Cada proponente pode inscrever até 5 propostas. Os empreendimentos devem estar alinhados com o Plano de Ação e o Programa de Investimentos (PA/PI) 2024-2027, com foco em recursos hídricos, em diversas temáticas: qualidade da água, proteção de recursos hídricos, drenagem e eventos hidrológicos extremos, dentre outras. Entre os requisitos do processo de seleção, consta adimplência técnica/financeira, enquadramento nos PDCs e contrapartida conforme o Manual FEHIDRO. O processo de avaliação envolve etapas como o envio de documentação até 05/05/2025 e a verificação técnica inclui a

pontuação com a Nota Técnica mais a Nota de Gestão, e hierarquização com base em critérios como abrangência, benefício a mananciais e desempenho gerencial. Há divulgação dos resultados, com prazos específicos para cada fase. E os anexos detalham a estrutura do Termo de Referência, critérios de pontuação e fatores de priorização para ações específicas. O calendário prevê a Deliberação pela plenária até a data de 28/08/2025. Ao final, Hélio agradeceu por todo o comprometimento de Camila, que complementou informando que não haveria terceira chamada para 2025 e os projetos deveriam ser enviados até 05 de maio. Sobre a questão da modalidade reembolsável no PDC 5, poderá, sob análise, ser incluído nos próximos planejamentos, para que as empresas possam implementar a redução de consumo de água.

12. Outros assuntos. Foi ressaltado que todos se empenhem em mobilizações para as contribuições ao diagnóstico do Plano de Educação Ambiental da bacia e assim, compartilhado o link para acesso ao diagnóstico. **13. Encerramento.** Cumprida a ordem do dia e, não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada. Esta Ata, resumo executivo dos registros taquigráficos da Ata de inteiro teor, foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina, revisada pela Secretaria Executiva do CBH-AT.